



## **CURRÍCULO ALTERNATIVO E SEUS EFEITOS NA INCLUSÃO ESCOLAR<sup>1</sup>**

*Ana Claudia Schubert<sup>2</sup>, Anna Rosa Fontella Santiago<sup>3</sup>. UNIJUI*

**INTRODUÇÃO** O trabalho discute a questão da inclusão/exclusão escolar tomando como referência o desenvolvimento do currículo em escolas públicas de educação fundamental. Apresenta resultados parciais de pesquisa desenvolvida em escolas de periferia urbana que, após a promulgação da LDBEN (Lei 9394/96), reorganizaram os currículos escolares em estruturas não-seriadas visando à permanência dos alunos no percurso escolar e que, diante do insucesso da experiência, voltaram às práticas tradicionais. Argumenta, a partir dos dados coletados, que a cultura escolar assentada na racionalidade instrumental da modernidade tem dificultado a implementação de currículos alternativos onde a lógica das práticas pedagógicas e da organização escolar esteja voltada para os sujeitos escolares, para os significados culturais e para as relações discursivas que os constituem. **MATERIAL E MÉTODOS** A pesquisa envolveu quatro escolas da rede pública municipal de Ijuí/RS que, no ano 2000 implantaram currículo por ciclos de formação como uma alternativa para a inclusão e que, posteriormente, abandonaram essa proposta. A investigação partiu de dados empíricos e selecionou uma amostra de alunos plenamente aprovados por ocasião da implantação do projeto, em duas escolas, procedendo à análise do percurso desses alunos no processo de escolarização através dos registros escolares. A seguir, as pesquisadoras buscaram informações, através de entrevistas com os/as docentes envolvidos/as, nas escolas e na SMED e, posteriormente, voltaram-se para o cotidiano escolar registrando informações, observações e impressões que subsidiariam as reflexões teóricas acerca da dinâmica curricular. **RESULTADOS** Percebeu-se, nas entrevistas, que as professoras consideram ter sido positivo para a inclusão dos alunos a reestruturação curricular, pois a dinâmica pedagógica no regime seriado teria considerado muitos daqueles aprovados com recomendação, simplesmente reprovados, induzindo a exclusão. As professoras salientaram ainda que este novo processo pedagógico respeita a maturidade do aluno e favorece a auto-estima positiva. Na entrevista com uma das professoras que liderou o processo na escola 1 percebe-se frustração e mágoa pela desativação do projeto. Segundo ela, na implantação do projeto havia entusiasmo e muita preocupação com a formação teórica dos educadores para que a proposta desse certo, porém, mudanças na administração do sistema levaram ao esgotamento das condições de continuidade. As entrevistas realizadas e os textos que compõem a proposta curricular implantada a partir do ano 2000 evidenciam que as educadoras envolvidas estavam seguras de que a experiência não se resumia a estrutura formal do currículo. Estavam cientes que a mudança implicava, sobretudo, nas concepções que orientam as práticas cotidianas no âmbito da escola e que se estendem desde a estrutura administrativo-burocrática até os espaços de lazer e de sala de aula onde as subjetividades emergem em processos dialógicos de significação da realidade. A proposta pedagógica privilegiava, assim, o respeito às diferenças e os saberes da prática social e cultural. Esse respeito às diferenças e consideração à alteridade que implica em redimensionar espaços, tempos e relações pedagógicas, distancia-se da lógica objetivista que privilegia conteúdos universais emanados de uma concepção tradicional de



cultura, os quais deveriam ser organizados em seqüencialidade formal e hierárquica no desenvolvimento curricular. Daí porque a dinâmica da proposta de currículo por ciclos de formação não se sustenta se não for desenvolvida pelos sujeitos que a propõem e nela se envolvem em processo permanente de construção e reconstrução. De outra parte, a superação da cultura escolar forjada pela racionalidade instrumental que privilegia a norma e a burocracia, exige um entendimento mais amplo acerca da flexibilidade possível e da autonomia da escola na condução do processo de escolarização de cada aluno. Desse modo, a cultura hegemônica, externa ao coletivo que propõe e organiza o currículo, impõe-se avançando nos espaços escolares para silenciar as condições de possibilidade do diálogo que permitiria a dinâmica de construção/reflexão/interpretação das práticas pedagógicas. Nessas condições, as exigências normativas se impõem e impossibilitam processos de significação, construção de identidades e reconhecimento de valores, saberes e formas culturais estruturados em outra lógica. Escamoteia-se, assim, a flexibilização do currículo em sua estrutura formal e, em conseqüência, o seu entendimento como um campo de relações onde as diferenças de sentidos e de valores tangenciam-se, expõem-se, debatem-se em lutas discursivas que reconfiguram saberes. **CONCLUSÕES** Percebemos no desenvolvimento da pesquisa que um projeto de currículo alternativo para atender as demandas da educação popular na escola pública coloca em jogo não apenas o processo de reorganização formal da proposta pedagógica e a demanda de apoio da administração do sistema, mas, sobretudo, a luta entre perspectivas culturais antagônicas. As resistências denunciadas pelas professoras, seja em relação ao sistema, seja em relação à comunidade escolar, indicam a existência de uma “cultura escolar” cujas raízes emergem da racionalidade moderna. Nessa perspectiva, quebrar as fronteiras da seriação, ultrapassar os limites dos tempos e espaços fragmentados, inverter a lógica dos conteúdos, abrir espaços para saberes e práticas sociais diferenciadas, pode parecer desordem, transgressão de normas, falta de controle e ausência de autoridade. Assim, nas escolas pesquisadas, o jogo de forças entre os elementos externos e internos ao desenvolvimento curricular esteve situado na esfera epistemológica de interpretação das práticas e o poder normativo das políticas adotadas pela administração do sistema prevaleceu. Todavia, nas práticas cotidianas, observa-se que existem “linhas de fuga”. A experiência deixou marcas e, mesmo voltando a uma estrutura seriada, as professoras procuram introduzir formas metodológicas que contemplem o diálogo, a interpretação da cultura e a subjetividade dos educandos. Mesmo diante das dificuldades impostas pela formalidade do currículo e pela falta de tempo para encontros e planejamento coletivo, as educadoras buscam espaços para estudo, pesquisa e qualificação profissional. Observa-se, sobretudo no grupo que se dispõe a superar a lógica instrumental que, mesmo limitada pela estrutura formal do currículo, há uma disponibilidade para “viver a escola”, reinstituindo seus espaços e as relações pedagógicas numa perspectiva de abertura para o diálogo; de esforço para a compreensão e acolhimento das diferenças; de uma convivência ética que considere os princípios de participação solidária, voltando o olhar para os sujeitos e os significados da escolarização na pragmática cultural e social. Apoio: CNPq



- 1 Pesquisa científica PIBIC/CNPq
- 2 Bolsista PIBIC/CNPq
- 3 Professora Orientadora